



<https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/no-manguezal-com-os-aratus/>

No manguezal com os aratus: gênero e ecologia no ritmo da maré

Pedro Castelo Branco Silveira[1]

RESUMO: Este artigo discute as práticas envolvidas na pesca dos pequenos caranguejos vermelhos conhecidos como aratus (*Goniopsis cruentata*) nos manguezais. Apresentamos uma etnografia textual e imagética realizada no litoral Pernambucano, na comunidade pesqueira de Tejucopapo. Indicamos a existência de entrelaçamentos entre as relações humanas de gênero, as socialidades mais-que-humanas e os ritmos das marés, produzem, processualmente, assembleias com diferentes tipos de coordenação.

PALAVRAS-CHAVE: Manguezal. Territórios pesqueiros. Aratu. Etnografia multiespécie. Gênero e ecologia.

In the mangrove with the mangrove root crab: gender and ecology in the rhythm of the tide

ABSTRACT: This paper discusses the practices involved in fishing for the mangrove root crab (*Goniopsis cruentata*) in mangroves. We present a textual and visual ethnography conducted on the coast of Pernambuco, in the fishing community of Tejucopapo. We indicate the existence of entanglements between human gender relations, more-than-human socialities and tidal rhythms, which procedurally produce assemblies with different types of coordination.



KEYWORDS: Mangrove. Fishing territories. *Goniopsis cruentata*. Multispecies ethnography. Gender and ecology.

Pescaria de aratu

Este artigo[2] discute as práticas envolvidas na pesca dos pequenos caranguejos vermelhos conhecidos como aratus (*Goniopsis cruentata*), atividade que produz agenciamentos/assembleias (Tsing, 2019) em que o ritmo de vida dos caranguejos está interligado aos ritmos das marés, que por sua vez associa-se a relações humanas de gênero (Machado, 2024) e debates de ecologia política.

Apresento aqui uma etnografia, textual e imagética, realizada no litoral Pernambucano, nos manguezais que compõem o território pesqueiro da comunidade de Tejucopapo, a respeito da ecologia das práticas na qual a captura dos aratus está inserida, dando destaque para as relações entre técnicas de captura e gênero.

[Diário de campo]

O sol mal desponta no horizonte, já estou de pé, com Maria e seu marido João[3], caminhando pelas vielas da comunidade pesqueira de Tejucopapo, no Litoral Norte de Pernambuco, rumo a um dos portos da comunidade.



Figura 1

Tejucopapo se localiza no município de Goiana, na divisa entre duas bacias hidrográficas. Ao norte, as águas correm para os rios Goiana e Megaó, que chegam ao mar no ponto em que está a divisa entre Pernambuco e Paraíba, onde foi criada em 2007 a Reserva Extrativista Acaú-Goiana, unidade de conservação federal da qual os pescadores e pescadoras de Tejucopapo são, na linguagem dos órgãos ambientais, *beneficiários* (Silveira et al., 2013).

Ao sul de Tejucopapo os cursos d'água correm para o Canal de Santa Cruz, composto por águas que se juntam desde o município de Igarassu até Goiana, e se abre ao mar alguns quilômetros a seguir, em Itapissuma, em frente a Ilha de Itamaracá. O território pesqueiro da comunidade de Tejucopapo, portanto, se estende dos manguezais dos rios Goiana e Megaó, na Resex Acaú-Goiana, até parte dos manguezais do Canal de Santa Cruz, que fazem parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual de Santa Cruz.

[Diário de campo]

O porto onde estamos é um braço de rio que compõe o estuário do Canal de Santa Cruz. Paramos sob uma das caixas, estruturas de madeira à beira da maré, compostas de telhado e vigas de apoio, que protegem as canoas e os apetrechos dos pescadores e pescadoras.



Figura 2

Sentamos num banco de madeira, esperando chegar os demais tripulantes da nossa viagem. Vou conversando com Maria enquanto ela costura um pedaço de lona com uma agulha grande e uma linha grossa, e em poucos minutos fabrica um calçado, muito comum na região, para caminhar nos manguezais.

As pescadoras e pescadores vão chegando ao porto, e entre cigarros, conversas, notícias e brincadeiras jocosas, vão saindo para a maré as canoas movidas a motor de rabeta e com tripulações de três a seis pessoas.



Figura 3

Logo chegam nossas parceiras, uma irmã de Maria, Paula, seu marido e o dono da canoa. Subimos os seis a bordo e vamos percorrendo os canais dos vastos manguezais do Canal de Santa Cruz. Logo passamos sob uma ponte, que liga a parte continental a uma fábrica de cimento que funciona numa ilha que já fez parte do território pesqueiro, a Ilha de Itapessoca. Seguimos caminho. Na viagem, há tempo para merendar e também para preparar as iscas que servirão para atrair os aratus. São caracóis de uns 5 cm, conhecidos como matapus, cuja carne é separada das conchas e amarrada na ponta de um fio de nylon, que compõe, com uma vara de madeira, o instrumento de pesca de aratu, conhecido como pindaúba.



Figuras 4 e 5

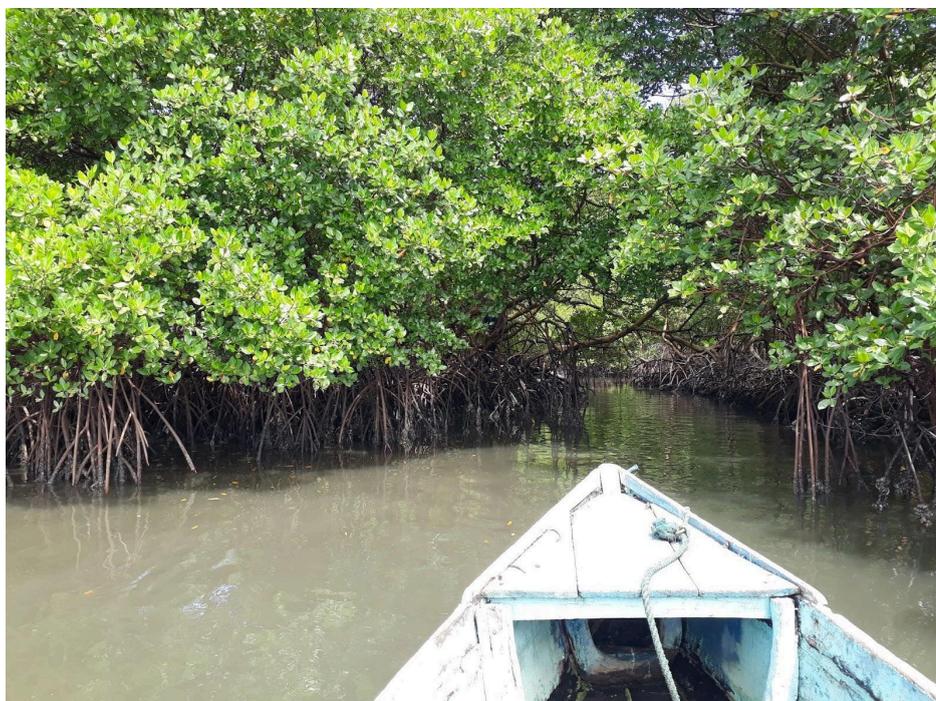
Maria e João, bem como Paula, vão pegar aratus. O marido de Paula e o dono da canoa estão indo pegar ostras. A canoa deixa o marido de Paula num trecho do mangue, depois vai deixar Paula em outro trecho. A viagem é coletiva, mas o momento do trabalho deve ser individual. Maria indica



que eu acompanhe Paula no trabalho. Ela desce munida de sua vara, um facão e um balde plástico de 20 litros. Eu a acompanho com meu caderno, lápis e smartphone. Os outros três tripulantes seguem caminho, na canoa, para procurar seus locais de pesca.

A maré está vazando, temos aproximadamente 4 horas de trabalho dentro do manguezal. Paula me indica que a siga, caminhando por cima das raízes dos gaiteiros, o nome que se dá em Pernambuco às árvores de *Rizophora mangle*.





Figuras 6,7 e 8



Tejucopapo é uma das dezenas de comunidades pesqueiras que produzem relações vitais com os manguezais no litoral pernambucano e paraibano. A vida dos seus moradores é atravessada por diferentes ritmicidades. Há os ritmos das marés, que informam se é dia de pescar e o horário de sair e voltar das pescarias, variável segundo o ciclo lunar e o regime sazonal de chuvas da região. A diversidade de formas de vida dos manguezais possibilita uma diversidade de pescarias, que por sua vez são exercidas por uma diversidade de estratégias de coordenação com os ritmos das águas. A maré, entre os pescadores do litoral nordestino, é uma categoria relacional. Ir para a maré é, utilizando-nos da perspectiva de Anna Tsing (2019), é se coordenar com seus ritmos e compor com outras espécies, em assembleias. Podemos dizer que a maré compõe a ecologia, a geografia e a pedagogia das águas e terras das comunidades pesqueiras, além de ser provedora de sustento. Ir para a maré é também percorrer caminhos mutantes de canais aquáticos, ilhas alagadas e árvores de raízes aéreas, além de caminhos de acesso por terra, percorridos a pé, por bicicleta ou motocicleta, frequentemente interrompidos por cercas de propriedades privadas.

Além dos ritmos da maré, os moradores de Tejucopapo também vivem o ritmo das tarefas ditadas pelo tempo do relógio. As crianças e adolescentes vão às duas escolas da comunidade, há o tempo do funcionamento do comércio, dos serviços públicos e da construção civil. O tempo do relógio também dita o ritmo de vida dos moradores e moradoras que trabalham em algumas indústrias da região, em especial nas empresas que fazem trabalhos terceirizados para a fábrica automobilística da Jeep, localizada próxima à comunidade.

Há ainda o ritmo das usinas de cana-de-açúcar estabelecidas na região, que contratam sazonalmente trabalhadores das comunidades pesqueiras, em sua maioria homens, para o corte de cana-de-açúcar. O trabalho é intenso e exaustivo em parte do ano, embebido nas relações coloniais históricas da plantation, e os trabalhadores ficam sem ocupação fixa nos períodos de entressafra, aproximadamente entre dezembro e maio.

Se o ritmo do relógio insiste em capturar o tempo dos moradores e moradoras de Tejucopapo, é no ritmo da maré que são forjadas as práticas vitais da comunidade, e obtida sua soberania alimentar. É para a maré que vão as mulheres e homens que vivem profissionalmente da pesca há gerações,



em experiências de autonomia com relação à economia canavieira; a maré é também espaço de acolhimento das pessoas que, sem outra fonte de renda, mas com experiência familiar na pesca, a ela recorrem para ter soberania alimentar e recursos econômicos.

A polifonia das assembleias pesqueiras dos manguezais também é composta pelos ritmos de vida de cada espécie animal. Há a pesca de peixes estuarinos e camarões com o uso de redes, a captura de caranguejos-uçá e dos aratus na lama dos manguezais, dos caranguejos guaiamuns nas áreas úmidas vizinhas aos manguezais, os siris nos rios e na lama, e de uma diversidade de moluscos na lama e nas croas de areia, entre eles o marisco-pedra, o sururu, a ostra e a unha-de-velho, entre outros. Algumas destas pescarias são realizadas historicamente por homens (peixes, caranguejos, guaiamuns), outras por mulheres [4] (aratus e mariscos).

[Diário de campo]

Me encontro equilibrado sob as raízes do gaitero, acompanhando Paula, à procura de aratus. Ela vai me mostrando a melhor maneira de caminhar sem riscos. A maré está baixa, a lama encontra-se descoberta. Ela analisa o lugar, agacha, ainda trepada nas raízes e deposita o balde sobre a lama. O balde está tampado e no centro da tampa foi recortado um disco que deixa uma abertura de aproximadamente 15 cm de diâmetro. É possível enxergar um ou outro aratu sobre a lama. Paula bate então, repetidamente, as costas do facão e um tronco de mangue. Desenrola pacientemente o fio de nylon da vara, já com a isca na ponta.

Em resposta às batidas, começam a aparecer dezenas de aratus, pequenos e de um vermelho vivo, no solo do manguezal, em direção a nós. Paula escolhe rapidamente seu alvo e desce a isca em direção a um aratu. Ele agarra a isca com uma de suas pequenas pinças. Ela, de imediato, levanta a vara com destreza e leva o aratu pendurado até a abertura do balde. Como se houvessem combinado, o animal se solta e cai pela abertura. A operação não dura mais de 5 segundos. A isca é movida para outro aratu e a operação se repete.

A prática requer destreza e sincronia. Requer também paciência, pois é repetida insistentemente. Os aratus tem aproximadamente 5 cm. É necessário capturar centenas de aratus para se encher um balde. A isca se move da lama ao balde, levando aratus pendurados, e novamente à lama, e



novamente ao balde. Quando diminui a quantidade de aratus que se mostram, Paula repete as batidas com o facão e com a própria vara. Adicionalmente, enrola o fio de nylon em um galho de mangue e puxa, fazendo caírem algumas folhas sobre o solo. Novos aratus atendem aos sons produzidos e à queda das folhas. Ela reinicia a captura. Quando julga que aquela área já foi suficientemente trabalhada, recolhe o balde e faz sinal para seguirmos em frente. Andamos mais 10 a 15 metros. Paula posiciona novamente o balde, faz novos ruídos de batidas para chamar os aratus e recomeça a pescaria.





Figuras 9 e 10

Após duas ou três horas, a maré já começando a derramar água sobre a lama em que pescávamos, ouvimos o motor da canoa. Maria, João e o dono da canoa estão molhados e animados. Seus baldes vem cheios de aratus. Paula se lava cuidadosamente, tirando todo o excesso de lama dos membros e das roupas. Tento fazer o mesmo, sem tanto sucesso. A canoa segue para buscar o outro pescador, que havia ido pegar ostras. A maré já está subindo, ele vem em direção à canoa atolado na lama e com a água no peito. Todos brincam com ele e se riem. Retornamos ao porto e caminhamos pelas ruas da comunidade, molhados e cansados. Porém o trabalho de Maria e Paula ainda não acabou. Acompanho Maria até sua casa.

Como disse anteriormente, a pesca do aratu é, historicamente, uma atividade feminina. Contrasta com a captura dos dois outros caranguejos, o caranguejo-uçá e do guaiamum, que são atividades



pesqueiras geralmente executadas por homens, da captura ao comércio. Algumas vezes me explicaram que pegar guaiamum e, especialmente, o caranguejo-uçá, é muito mais cansativo do que capturar aratus, que seria uma atividade mais *maneira*, acessível às mulheres. Pela minha experiência de pesquisa nas três atividades, e pelo argumento, não me convenci que tal explicação fosse definitiva. Considero estéril conjecturar aqui sobre esta pergunta. É importante, entretanto, considerar que uma diferença básica entre a pesca do aratu e dos dois outros tipos de caranguejos dos manguezais pernambucanos é relacionada à necessidade de processamento para venda: caranguejos e guaiamuns são vendidos vivos; são mortos pelo consumidor final, pois são consumidos inteiros. Já os aratus, consideravelmente menores que os uçás e os guaiamuns, precisam ser cozidos no dia da pescaria, e então catados, com a retirada da carne de cada animal, individualmente.

Para preparar um quilo de carne de aratu, segundo Maria e Paula, são necessários aproximadamente 100 aratus. Demanda-se, portanto, um intensivo trabalho doméstico após a pescaria. Cozinhar e tirar carne do aratu é um trabalho familiar, do qual a mulher é responsável [5], os filhos e, eventualmente o marido, *ajudam*. João participava da pescaria, mas não se considera pescador de aratu. Nesta ocasião foi à pescaria junto à esposa porque no período em que os acompanhei, no mês de abril, ele, que costumava trabalhar no corte de cana, estava *parado* por conta da entressafra.

Maria contou que João também ajuda na catação do aratu, porém não tem paciência de ficar até tarde. No dia em que acompanhei a pescaria, Maria cozinhou os aratus em um fogão à lenha na varanda de casa e ficou, acompanhada dos filhos, trabalhando até às 11 horas da noite, para acabar de preparar toda a carne de aratu do dia, que no dia seguinte seria vendida a um atravessador.

Os aratus habitam os manguezais ao longo de toda a costa brasileira. Seu ritmo de vida alterna-se entre dois momentos, que se repetem duas vezes a cada ciclo diário: na maré baixa, circulam pela lama do manguezal, se alimentando de crustáceos vivos ou mortos, folhas e outros materiais orgânicos disponíveis no manguezal. Não fazem buracos na lama, porém muitas vezes são



encontrados nos buracos dos caranguejos-uçás, presentes por todo lado. Na maré alta, habitam a copa das árvores de mangue.

Como vimos, a forma costumeira de captura do aratu ocorre nos períodos diurnos de maré baixa. Nos últimos anos, entretanto, foi desenvolvida, na região, uma nova forma de capturá-los. Essa técnica é praticada principalmente por homens das comunidades pesqueiras, e consiste em realizar expedições noturnas aos manguezais, de canoa, nos períodos de maré alta, quando os aratus repousam, agregados, nas copas das árvores. Infelizmente não tive ainda oportunidade de acompanhar uma destas expedições, por motivos que apresentarei a seguir. A pesca é realizada com o auxílio de lanternas ou lamparinas. São apontados fochos de luz aos galhos das árvores até que se localizam os aratus em repouso. Segundo os relatos, os aratus permanecem imóveis ao serem iluminados, tornando-se presas fáceis, sendo simplesmente coletados pelos pescadores.

Edjane, a presidente da Associação das Marisqueiras da comunidade vizinha de Povoação de São Lourenço, me explicou que por um lado, as mulheres de forma geral acham perigoso sair à noite com os homens para pegar aratu *de facho*. Por outro lado, continuou, realizar tais expedições noturnas é incompatível com o ritmo de vida das mulheres da comunidade, que incluem os afazeres domésticos. Maria me contou, ainda, que nas famílias em que os homens fazem tais expedições noturnas em busca de aratus, são as mulheres e crianças que fazem o cozimento e a retirada da carne dos aratus, no dia seguinte.

Assim, temos que a pesca do aratu se dá atualmente de duas maneiras no Litoral Norte de Pernambuco, uma delas mais antiga, por mulheres, na maré baixa, percorrendo-se trecho do mangue com a pindaúba e o balde; e outra, realizada por homens, à noite, na maré alta, coletando-se os aratus em repouso na copa das árvores, *de facho*.

Durante o ano de 2012, estruturava-se o Conselho Deliberativo da Resex Acaú-Goiana e, neste processo, o ICMBio promoveu oficinas para elaboração de um documento denominado *Acordo de Gestão* da Resex, que basicamente tratava das regras de *uso de recursos* pelos *beneficiários*. Não há qualquer legislação específica a respeito da pesca do aratu, no Brasil. Nos debates das oficinas, as lideranças comunitárias, grande parte delas mulheres, e os participantes das oficinas comunitárias, definiram que a pesca *de facho* deveria ser proibida na Resex. Na linguagem do



ambientalismo estatal, tal método era considerado *predatório*, ao contrário da pesca de pindaúba, considerado um método mais *sustentável*, considerando critérios de biologia das populações da espécie.

A partir de conversas com minhas interlocutoras, entretanto, percebo que há uma equivocação (Viveiros de Castro (2025); De la Cadena, (2024) entre a perspectiva de sustentabilidade da gestão ambiental, e a perspectiva das pescadoras. A existência futura do aratu é levada em conta, porém a questão, do ponto de vista delas, era que a pesca de facho era *injusta*. Injusta com os aratus, que são capturados em grande quantidade quando se encontram indefesos, ao contrário da pesca de pindaúba, que permite um jogo de interação entre o aratu e a pescadora. E injusta com as mulheres que pescam de dia, pois a pescaria noturna, dos homens, tende a deixar menos aratus para a pescaria diurna.

Encaminhando o texto para as conclusões, gostaria de apontar, com esta narrativa etnográfica, processos dinâmicos e relacionais de produção das relações de gênero, em que as socialidades mais-que-humanas e os ritmos das marés, de humanos e humanas e de aratus, produzem, processualmente, assembleias com diferentes tipos de coordenação.

Dessa forma, abordagens que atribuem um caráter *cultural*, como categoria auto-contida, como definidora dos papéis de gênero na pesca artesanal, não dão conta de abarcar os processos de reelaboração destes papéis na ecologia das práticas cotidianas.

Por um lado, temos homens passando a realizar tipos de pesca tidos como historicamente femininos, tais como a pesca do aratu e a cata de mariscos. Temos, entretanto, tais pescarias, quando apropriadas para o universo das relações masculinas, são realizadas por práticas pautadas na maximização da captura com o mínimo de esforço, e no que Isabelle Stengers (2015) chama de “o direito de não ter cuidado”.

Alerto aqui que, quando me refiro a *universo masculino*, não se trata de essencializar a masculinidade, mas de tratá-la como produzida historicamente nas suas relações de socialidade.

No caso etnográfico específico tenho, por hipótese a ser futuramente investigada, que há masculinidades em disputa no mundo da pesca artesanal, na região. Não podemos esquecer que os manguezais que compõem o território pesqueiro de Tejucoapapo e das comunidades vizinhas estão rodeados por todos os lados, há séculos, por canaviais e suas relações típicas do



Plantationoceno (Tsing, 2015; Chao et al, 2023) . Não é à toa que os pescadores profissionais, em debates públicos, costumam desqualificar como pescadores aqueles que vão para a maré nos períodos de entressafra da cana. Assim, este modo de masculinidade parece ser o que informa a pesca de facho e outras práticas pesqueiras recentes consideradas injustas ou predatórias, tais como a captura de marisco-pedra com gadanho, a captura de lagostas com compressor, a pesca de camarão com carrapaticida e a pesca de peixes com explosivos.

Para finalizar, acrescento que as formas de organização comunitária e política dos pescadores e pescadoras artesanais, muitas vezes levados à frente por mulheres, pautados numa ética do cuidado e luta pelo território pesqueiro face aos empreendimentos destruidores e por direito sociais, parece oferecer a possibilidade de outros modos próprios de masculinidades, que não os do Plantationoceno, nas relações humanas e mais-que-humanas para as comunidades pesqueiras.

Bibliografia

CARNEIRO, Ana; AYOUB, Dib; NÓBREGA, Márcia; DE LIMA, Grazielle C. D. Questões de gênero e políticas da terra (Apresentação do dossiê). **Revista de Antropologia**, n. 67, 2024.

CHAO, Sophie; WOLFORD, Wendy; OFSTEHAGE, Andrew; GUTTAL, Shalmali; GONÇALVES, Euclides; AYALA, Fernanda. The Plantationocene as analytical concept: a forum for dialogue and reflection. **The Journal of Peasant Studies**, v. 51, n. 3, 2023.

DE LA CADENA, Marisol. **Seres-terra**: cosmopolíticas em mundos andinos. Bazar do Tempo, 2024.

MACHADO, Renata Freitas. A maré e a casa : as raízes do mangue e do parentesco na constituição de pessoas e paisagens na ilha de Matarandiba. **Mana** , v. 30, n. 1, 2024.

MANESCHY, Cristina; SIQUEIRA, Deis; ÁLVARES, Maria Luzia M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Estudos Feministas**, v. 20, n. 3 ,2012.



MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. **Etnografica**, v.3, n.2, 1999.

SILVEIRA, Pedro Castelo Branco; Ferreira, Beatriz Mesquita; Melo, Luciana; Olivera Filho, Ivson; Estuário, paisagem-fluxo de pescadores artesanais. **Iluminuras**, v. 14, n. 4, 2013.

STENGERS, Isabelle. Notas introdutórias sobre uma ecologia de práticas. In: Mattos, Wladimir (org.). **Artecompostagem'21**. São Paulo, Instituto de Artes, Unesp, 2021.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. São Paulo, Ubu, 2015.

TSING, Anna. **Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras**. Ilha- Revista de Antropologia, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A antropologia perpectivista e o método da equivocação controlada. In: Viveiros de Castro, Eduardo. **A floresta de cristal: ensaios de antropologia**. n-1, 2025.

WOORTMANN, Ellen. Da complementaridade à dependência: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 18, 1992.

TSING, Anna. Viver nas ruínas: paisagens multiespécie no Antropoceno. Brasília, IEB/Mil Folhas, 2019.

Recebido em: 15/02/2025

Aceito em: 15/05/2025

[1] Fundação Joaquim Nabuco, Recife-PE. pedro.silveira@fundaj.gov.br



[2] uma primeira versão desse texto foi apresentada no Seminário Temático “Terra/s das águas: agenciamentos em tempos de crise”, durante a IX Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia (ReACT), em Goiânia-GO, em novembro de 2023.

[3] optamos por utilizar, neste texto, nomes fictícios para nossas interlocutoras.

[4] Há um debate antropológico sobre o caráter de invisibilidade das mulheres no mundo da pesca, seja perante as políticas públicas, seja nos estudos de gênero (Woortman, 1992; Motta-Maués, 1999; Maneschy et. al (2012). Apesar de tangenciar tal temática, este texto vai por outro caminho, o de compreender as relações de gênero relacionada às dinâmicas de uma ecologia das práticas (Stengers, 2021).

[5] Carneiro et. al. (2024) afirmam que “a generificação criada pelo parentesco, vista desde as experiências dos povos da terra, indica que as mulheres encontram uma posição fundamental quando se tornam mães – de modo que práticas da casa, cozinha, quintais, retomadas, ocupações (atos femininos valorados nesses coletivos) não são de qualquer mulher, mas da mulher-mãe.”